

**ADAPTAÇÕES CURRICULARES NO APOIO AO ENSINO DE  
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA:  
DESAFIOS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA COVID-19**

**CURRICULAR ADAPTATIONS TO SUPPORT THE TEACHING  
OF STUDENTS WITH DISABILITIES:  
EDUCATIONAL CHALLENGES IN THE CONTEXT OF COVID-19**

**ADAPTACIONES CURRICULARES PARA APOYAR LA  
DOCENCIA DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD:  
DESAFÍOS EDUCATIVOS EN EL CONTEXTO DE COVID-19**

**Livia da Conceição Costa Zaqueu**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6243-7054>

**Edilene Nascimento Diniz**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2311-557X>

**Thays Nayara Frazão Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2700-0663>

**Resumo:** O presente artigo pretende compreender as adaptações curriculares realizadas para estudantes com deficiência no ensino comum, considerando a perspectiva da promoção de uma educação inclusiva, sobretudo em um período de grandes desafios educacionais, como o contexto da Covid-19. Em termos metodológicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica a partir de buscas no Portal de Periódicos da CAPES, onde foram encontrados 03 dissertações. Os estudos analisados permitiram compreender a importância de uma relação colaborativa entre o professor da sala comum, a comunidade escolar e a família, tendo em vista a orientação e o estabelecimento de adaptações curriculares necessárias a este tempo pandêmico e destinadas aos professores dos componentes curriculares. Essas adaptações incluem o uso de plataformas digitais, rotina organizada, acompanhamento individual de forma remota aos estudantes e às famílias que ajudam na realização das atividades em seus lares. Constatou-se a necessidade de utilização de algumas estratégias de orientação e acompanhamento para essas adaptações, a fim de proporcionar ações no eixo da educação inclusiva. A pesquisa permitiu uma abordagem no campo educacional a partir da participação de estudantes com deficiência, situação que corroborou o processo de ensino em um contexto repleto de desafios para o currículo remoto. Com isso, diante da necessidade de elaborar estratégias para o currículo articulado entre ensino comum e Educação Especial, é fundamental proporcionar ao público-alvo da Educação Especial o acesso ao aprendizado, à permanência e à continuidade dos estudos em um cenário de distanciamento causado pela pandemia de Covid-19.

**Palavras-chave:** Adaptações Curriculares. Deficiência. Pandemia. Educação Inclusiva.

**Abstract:** This paper aims to understand the curricular adaptations made for students with disabilities in common education from the perspective of promoting an inclusive education in the period of great educational challenges in the post-covid-19 context. As methodology, the bibliographic research was used from searches in the CAPES Journal Portal, in which 40 articles were found and selected 3. The studies analyzed allowed us to understand the importance of a collaborative relationship between the teacher of the common room, the school community and the family, in the context of guiding and establishing the curricular adaptations necessary in this pandemic time to teachers of the curricular components, such as: digital platforms, organized routine, accompanying individually remotely to students, as well as the families who accompany in the performance of activities in their homes. Furthermore, it was found the need to use some strategies for guidance and monitoring of adaptations, in order to provide actions in the axis of inclusive education. The research allowed an approach in the educational field of students with disabilities that corroborates the teaching process in a context fraught with challenges for the remote curriculum. Therefore, in view of the need to develop strategies for the curriculum articulated between common education and Special Education in order to provide the target audience of Special Education with access to learning, permanence and continuity of studies in a scenario of distancing caused by the COVID-19 Pandemic.

**Keywords:** Curricular Adaptations. Deficiency. Pandemic. Inclusive education.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo comprender las adaptaciones curriculares realizadas para estudiantes con discapacidad en la educación general, considerando la perspectiva de promover la educación inclusiva, especialmente en un período de grandes desafíos educativos, como el contexto de Covid-19. En términos metodológicos, se utilizó una investigación bibliográfica a partir de búsquedas en el Portal de Revistas Periódicos de la CAPES, donde se encontraron 03 disertaciones. Los estudios analizados permitieron comprender la importancia de una relación colaborativa entre el docente de sala común, la comunidad escolar y la familia, con miras a brindar orientación y establecer adaptaciones curriculares necesarias para este tiempo de pandemia y dirigidas a docentes de los componentes curriculares. Estas adaptaciones incluyen el uso de plataformas digitales, una rutina organizada, apoyo remoto individual a estudiantes y familias que ayudan a realizar actividades en sus hogares. Se encontró que era necesario utilizar algunas estrategias de orientación y seguimiento de estas adaptaciones, con el fin de brindar acciones en el área de educación inclusiva. La investigación permitió un abordaje en el ámbito educativo basado en la participación de estudiantes con discapacidad, situación que corroboró el proceso de enseñanza en un contexto lleno de desafíos para el currículo remoto. Por lo tanto, ante la necesidad de desarrollar estrategias para el currículo articulado entre la educación regular y la Educación Especial, resulta fundamental brindar al público objetivo de la Educación Especial acceso al aprendizaje, permanencia y continuidad de los estudios en un escenario de distanciamiento provocado por la pandemia de COVID-19.

**Palabras clave:** Adaptaciones Curriculares. Deficiencia. Pandemia. Educación inclusiva

## 1 INTRODUÇÃO

No cenário global, ainda estamos enfrentando a maior crise sanitária da história da humanidade, um inimigo invisível, o novo coronavírus (SARS-CoV-2), causou e ainda tem causado inúmeras perdas e gerado muitos traumas. Frente a isso, constatamos algumas consequências na população, tais como: problemas mentais, emocionais, financeiros, sociais, número elevado de desempregados, disputas políticas, perdas de amigos e entes queridos são alguns dos dilemas deste início de década (Brito, 2020).

A educação experimentou inúmeros desafios diante do contexto de distanciamento social causado pela pandemia de Covid-19, neste sentido, buscando ampliar as relações

e garantir o direito as aulas, alguns recursos foram implementados pelas escolas, como o uso do celular, internet e ferramentas digitais. Neste aspecto, com o intuito de possibilitar o acesso às aulas e algum contato com os professores, reconfigurando o processo de ensino-aprendizagem em função das medidas que nos foram impostas.

Em relação ao acesso e aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o desafio imposto pelo distanciamento social ainda teve um alcance maior, devido às especificidades dos estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e/ou superdotação. As adaptações curriculares foram mais necessárias e urgentes, pois, sem elas, os estudantes com deficiência não conseguiriam acompanhar o ensino remoto. Com o surgimento de novas demandas, muitos não tiveram acesso à internet e equipamentos para atividades no formato remoto.

Glat e Branco (2007) constataram que embora as escolas tenham um discurso de aceitação da diversidade, continuam não modificando suas práticas pedagógicas para atender às especificidades de todos os estudantes. Ainda, reiteram que a responsabilidade pela resposta educativa dos estudantes com deficiência é deixada aos professores e profissionais dos serviços de apoio educacional (Glat e Branco, 2007). Frente a essas questões, reafirmamos a importância de revermos essas questões para repensarmos as políticas atuais de educação inclusiva com responsabilidade e que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a continuidade dos estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino.

No contexto atual de distanciamento social, o acesso às tecnologias assistivas - TA representam a garantia de direitos a educação como forma de proporcionar a inclusão e a autonomia dos alunos e, com isso favorecer a funcionalidade na realização/resolução de tarefas escolares em ambiente doméstico e em específico, àqueles com deficiências. Assim, requerendo dos Sistemas de ensino públicos e privados, a adoção de políticas amplas que subsidiem o acesso a esses recursos.

Assim, o currículo escolar em um contexto emergencial e as adaptações de várias atividades em formatos digitais para os estudantes com deficiência também precisaram ser reestruturados, e isso demandou a parceria entre professores do ensino comum (que têm o domínio do componente curricular) e professores do atendimento educacional especializado. Desse modo, os objetivos para o ensino-aprendizagem desse público puderam ser alcançados (Pavão e Pavão, 2021)

Com o domínio do conteúdo e a compreensão das habilidades dos estudantes público-alvo da Educação especial, essa adaptação irá proporcionar o desenvolvimento desses estudantes. Ademais, (Oliveira, 2017) considerando que as salas de aula são heterogêneas e que o currículo é para todos, as adaptações curriculares são necessárias, viáveis e possíveis desde que venham ao encontro das necessidades e especificidades desses estudantes. Pois, o currículo é de suma importância no processo de ensino e aprendizagem e deve ser visto com novos olhares e novas perspectivas.

Os significados do currículo vão além das teorias tradicionais. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder, trajetória, viagem, percurso, autobiografia, é texto, discurso, documento, é identidade (Silva, 1999, p. 150).

É no âmbito da dinâmica que se refere ao currículo dinâmico e direcionado às adequações curriculares para os estudantes público-alvo da Educação Especial e Inclusiva que o objeto de estudo desta pesquisa emerge. O ensino comum, no sentido de promoção da acessibilidade curricular aos estudantes, é de suma relevância para a aprendizagem desse público, em particular neste tempo pandêmico. Analisando a literatura e a realidade educacional, constata-se que as adaptações curriculares fazem toda a diferença na organização e na maneira de conceber o aprendizado no ensino remoto e no contexto da Covid-19. O ensino e a aprendizagem constroem significados culturais e políticos que perpassam os interesses sociais, de poder e experiência (Santomé, 1995, p. 166).

A contribuição científica desta pesquisa se debruça no amago das relações do currículo escolar a partir dos desafios presentes no contexto da pandemia de Covid-19, dentre os quais as possíveis e necessárias adaptações curriculares para os estudantes público-alvo da Educação Especial. Destarte, a inclusão escolar se constitui em uma perspectiva importante para garantir os direitos de cidadania e democratização do sistema educacional.

## **2 PANDEMIA NO ESPAÇO ESCOLAR: ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA SOB UM NOVO CENÁRIO**

A pandemia de Covid-19 gerou a adoção de medidas preventivas para que as escolas continuassem oferecendo aulas aos estudantes. Assim, houve a inserção de aulas remotas e no formato *online*. No entanto, quando o olhar se direciona para os estudantes com deficiência, torna-se essencial um olhar diferenciado e cuidadoso, pois, diante da situação vivenciada, observa-se um cenário excludente, tanto social quanto educacionalmente.

No ensino a distância também foram encontradas dificuldades pela escola, professores e família, primeiramente pelo ímpeto da situação inesperada, no âmbito de uma crise sanitária mundial afetada por um novo vírus; pela mudança no cotidiano da sociedade a partir do distanciamento social; pela transposição de aulas para o ambiente doméstico; pela adequação das escolas a essa nova configuração; e pela reinvenção dos professores em torno de sua prática pedagógica *versus* ensino remoto (Pasini; Carvalho; Almeida, 2020).

Cabe aqui salientar que todas essas mudanças foram orientadas inicialmente pela portaria do Ministério da Educação nº 343, publicada em 17 de março de 2020, a qual dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por meios digitais durante a pandemia do novo coronavírus (Brasil, 2020a). É importante citar que o texto se destina à educação superior, não fazendo referência neste momento à Educação Básica. Contudo, foi publicado um direcionamento a partir de Notas de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE),

com data de 18 de março de 2020, que tratam da reorganização das atividades acadêmicas ou de aprendizagem diante da suspensão das atividades escolares (Brasil, 2020b).

No atual cenário educacional brasileiro, houve a necessidade da adoção do atendimento remoto por meio de plataformas como o Google Classroom, além das redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp, Telegram e outras. Esses suportes digitais propiciam a continuidade de atividades educacionais e a manutenção de uma comunicação ativa entre família e escola, entre professores e estudantes. Ressalva-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, no art. 80 destaca o incentivo ao desenvolvimento e à veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada (Brasil, 1996).

No contexto de isolamento social, houve a ressignificação de estratégias voltadas a um aporte tecnológico, visto que as aulas presenciais assumiram o formato *online* para manter o distanciamento e isolamento social necessários (Lacerda; Júnior, 2021). Tal direcionamento foi voltado para estudantes de todo os níveis de ensino. Dessa forma, a escola precisou modificar sua estrutura de funcionamento para atender às particularidades dos estudantes. Entretanto, quando o currículo é pensado para incluir, torna-se fundamental concebê-lo enquanto eixo norteador de conhecimento e aprendizagem. Por isso, é fundamental promover condições de acessibilidade, flexibilização e adaptação do currículo, encaminhando o trabalho em consonância com o setor responsável pela educação especial do sistema de ensino, tanto na rede pública quanto privada (Brasil, 2001).

No que se refere ao ensino dos estudantes com deficiência, torna-se imprescindível entender que devem ser inseridos numa prática pedagógica fundamentada em documentos oficiais, tal como a LDB. Esses documentos explicitam que a educação é um direito de todos e que os sistemas de ensino devem assegurar o currículo, métodos e recursos educativos que favoreçam o desenvolvimento desses estudantes em específico (Brasil, 1996). A Base Nacional Comum Curricular-BNCC é outro documento que garante as possibilidades de inclusão na escola e estabelece conteúdos essenciais e competências que os estudantes precisam desenvolver em cada etapa de ensino. A BNCC reconhece as práticas inclusivas e a diferenciação curricular (Brasil, 2018).

Freitas (2008) esclarece que, diante das dificuldades dos alunos, é importante acomodar os diferentes estilos e ritmos de aprendizagens, bem como assegurar uma educação de qualidade para todos. Para isso é preciso ter currículos apropriados, transformações nas organizações, estratégias de ensino e recursos. Quando se remete à inclusão, a escola brasileira exige novos posicionamentos, incluindo a estruturação e atualização dos professores, que devem se aperfeiçoar para adequar as ações pedagógicas à diversidade dos alunos (Lacerda; Júnior, 2021).

Entende-se que as barreiras encontradas na sala de aula por um estudante com deficiência também podem existir no ensino a distância, já que cada um possui as suas especificidades. Muitas vezes, essas barreiras estão na falta de preparação da família para lidar com o fato do ensinar ou com a tentativa de ensinar o conteúdo dado. Nessa perspectiva, é

necessário um olhar diferenciado da escola, pois não há um parâmetro a ser seguido, tendo em vista que cada estudante tem suas características (Rego, 2016).

A Educação Especial é definida, segundo Mazzotta (1996), como uma modalidade de ensino que envolve recursos e serviços educacionais especiais, e que deve apoiar e suplementar a fim de garantir a educação formal de estudantes com necessidades educacionais específicas.

A Constituição Federal preconiza que, no âmbito da Educação Especial, sua oferta é um dever constitucional e deve abranger crianças de zero a seis anos (Brasil, 1988). Mais precisamente, o art. 59 cita que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades desses estudantes (Brasil, 1996). Assim, destaca-se o currículo como uma das dimensões essenciais e como estratégia para a defesa de uma escola para todos.

É necessário, então, compreender que, tanto no âmbito social quanto educacional, a pandemia evidenciou diferenças discrepantes, haja vista que quando transfere as aulas presenciais para as atividades remotas, muitos estudantes não tiveram e não têm como acompanhá-las (Lacerda; Júnior, 2021). Constitui-se, assim, um acesso digital de modo desigual. No Brasil, são apresentados dados significativos sobre diferenças sociais e que, conseqüentemente, refletem na educação de crianças e jovens de todas as regiões do país. A pandemia trouxe à tona condições desiguais de vida dos brasileiros, bem como a dificuldade de acesso à moradia, renda e saneamento (Meneses; Fuentes-Rojas, 2020).

É importante ressaltar que em 2019, a pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC domicílios realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação do Núcleo de Informação do Ponto BR (NIC.br) apontou um aumento da população brasileira (134 milhões de brasileiros) que usa a internet representando 74% da população. Entretanto, um percentual de 26% (47 milhões de pessoas) ainda continuam desconectados, acentuando as desigualdades no acesso às tecnologias digitais e móveis. Esta pesquisa revelou que o celular aparece como o principal dispositivo de acesso a Internet (CGI.br, 2019). Estes dados apontados nos faz refletir sobre o ensino não presencial que tem sido ofertado em razão do distanciamento social e em específico, para os estudantes com deficiência matriculados em escolas das redes estaduais e municipais oriundos de famílias de baixa renda que não tem acesso às TICs.

O documento Protocolos sobre Educação Inclusiva, durante a pandemia de Covid-19, informa que, além da exclusão social, existe a questão da acessibilidade dos sites e aplicativos para as pessoas com deficiência (Instituto Rodrigo Mendes, 2020). Segundo dados do Censo de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, quase um quarto da população, ou seja, 45,6 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência (Brasil, 2012). Quanto ao uso da internet, no ano de 2016, 59,3%

da população brasileira sem deficiência fazia uso da internet, enquanto apenas 36,8% da população com deficiência tinha algum acesso (Instituto Rodrigo Mendes, 2020).

Com a Pandemia da Covid19 e as mudanças repentinas ocasionadas na organização dos Sistemas educacionais, vale considerar que para um ensino online efetivo é necessário estabelecer desde o início da implantação um dialogo aberto com os estudantes e suas famílias (Instituto Rodrigo Mendes, 2020). Assim, um estudo do Centro de Aprendizagem Online para estudantes com deficiência (*Center on online Learning and Students with Disabilities, 2016*) indica que uma boa comunicação deve ser (1) atenciosa, (2) abrangente e (3) consistente. Ela deve atender a um plano de longo prazo, tentar ser compatível com os horários preferidos de comunicação do estudante dentro de sua rotina em casa, e compartilhar informações sobre o desempenho dos educandos e rotinas de apoio às suas dificuldades.

É oportuno entender que uma educação inclusiva deve garantir ao estudante com deficiência a permanência na escola sem barreiras e com efetivo sucesso. A escola regular se configura como importante e vantajoso ambiente. Entretanto, no âmbito da pandemia, para uma efetiva educação inclusiva são necessários suportes tecnológicos, como: equipamentos com acesso à internet e ferramentas digitais ou físicas que facilitem o acesso às atividades remotas e que sejam acessíveis a todos (Mendonça, 2020).

Salienta-se que as adaptações curriculares são de grande relevância quando se fala em educação. Logo, devem incluir e propiciar o conhecimento aos estudantes com deficiência na sala comum do ensino regular. Para tanto, são necessárias flexibilizações e adaptações que tragam o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos, além do processo de avaliação, cuja aplicação deve ser adequada ao desenvolvimento do estudante (Brasil, 2001).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais ficam claros que, no âmbito da adequação curricular, é preciso considerar o cotidiano das escolas e valorizar as necessidades e capacidades dos estudantes. Para os estudantes com deficiência, tais apontamentos têm um significado muito importante (Brasil, 1998).

González (2002) esclarece que as adaptações curriculares fundamentam a necessidade de um currículo comum, geral, o qual deve se direcionar à diversidade e ao respeito às diferenças individuais. Logo, as adaptações são direcionadas ao conceito de necessidades educativas especiais, as quais se relacionam com uma sociedade democrática, com princípios de igualdade e diversidade. Um currículo em que a intervenção educativa se afasta das diferenças e se apega às capacidades do estudante, leva em consideração as características individuais, que devem priorizadas pelas instituições educativas (Freitas, Pinho, Pimenta, 2021).

O entendimento sobre as adaptações curriculares emerge de uma discussão sobre projeto curricular, visto que a escola deve garantir os direitos de aprendizagem a todos os estudantes, mas também deve observar as particularidades dos mesmos. Pacheco (2006) diz que a escola tem lógicas que precisam ser compreendidas e mudadas, pois somente o

currículo será um projeto de formação, construído com identidades próprias e com compromissos democraticamente assumidos.

Torna-se essencial que as estratégias sejam diversificadas e flexibilizadas, e que incluam o estudante com deficiência (Lopes, Ponciano, Cabanas, 2021). A escola deve ter um direcionamento no sentido de mapear os estudantes que precisam desse suporte e pensar em propostas pedagógicas e inserção de recursos necessários. Desse modo, é necessário alinhar ideias e pensar em estratégias e materiais adaptados que atinjam as particularidades dos estudantes.

Atualmente, o professor deve buscar por uma formação voltada à fluência digital a fim de que tenha condições de redefinir práticas pedagógicas que incluam o uso didático de recursos tecnológicos. Tal formação voltada para o meio digital sempre foi tema de discussões e preocupações, porém a pandemia direcionou a substituição do ensino presencial para o remoto. Torna-se, então, mais evidente a falta de qualificação de muitos professores para atendimento nesse formato. Entretanto, entra-se no âmbito da transposição didática, cujo professor não necessariamente consegue transformar os recursos utilizados no processo de ensino (Pagliochi; Silva; Stadler, 2019).

Chevallard (1991) afirma que uma ferramenta que permite recapacitar, tomar distância, interrogar as evidências e por em questão as ideias simples deve se desprender da familiaridade de seu objeto de estudo, ou seja, o professor tem a capacidade de fazer uma vigilância epistemológica de sua prática. Por esse motivo, entende-se que mesmo que o professor tenha acesso a equipamentos e a tecnologias, ele pode não fazer o uso pedagógico com seus alunos. É preciso saber fazer uso das tecnologias, pois elas são um apoio ao estudo e aprendizagem.

Refletir e agir a fim de promover a acessibilidade de estudantes com deficiência em tempos em que o trabalho pedagógico não permite o espaço físico aliado a interações entre os pares é um diferencial (Guilherme; Becker, 2021). Nesse âmbito, muitos professores se propõem a reinventar a profissão docente em meio à adversidade. Schön (1997) destaca que essa necessidade parte do conceito de professor reflexivo e do aprimoramento da prática cotidiana, a qual deve privilegiar a autonomia e a busca de conhecimentos dos estudantes.

Ao direcionar para as adaptações necessárias, que incluem plataformas digitais, rotina organizada, acompanhamento individualmente de forma remota aos estudantes e às famílias que ajudam nas atividades, utilização de grupos de trabalho entre docentes, discussões temáticas por meio de plataformas, apontam-se alguns exemplos de estratégias que os professores podem executar (Rodrigues; Santos; Pessoa, 2021). No âmbito da pandemia foi necessário criar contextos de interação de conhecimento. Entretanto, quando se volta para estudantes com deficiência, entende-se como importante implementar uma rotina, essencial para a noção de previsibilidade (Silva; Elias, 2022). Portanto, podem ser adaptadas imagens, fotos de representações para facilitar o entendimento, destacando-se, por exemplo, as atividades de vida diária (AVDs), de acordo com o repertório de cada estudante.



Quanto às adaptações curriculares em atividades não presenciais, as adequações de materiais e produção devem ser definidas por um plano de atendimento individual dos professores que atuam na sala de recurso multifuncional, em conjunto com o professor da sala comum (Braun; Vianna, 2011). Dessa maneira, os professores terão a possibilidade de geração de conhecimento para o estudante com deficiência. Essa é uma articulação essencial para acompanhar com excelência o uso de tecnologias assistivas, assim como as atividades remotas.

É importante destacar a relação família-escola, pois, no contexto da pandemia, foi necessário envolvê-los como participantes efetivos e agentes colaborativos e ativos nesse processo. A família precisa acompanhar seus filhos a partir de uma lógica de cooperação no desenvolvimento, direcionamento e regulação de atividades. Entretanto, há barreiras quando esse acompanhamento se relaciona com o baixo grau de escolarização de alguns pais, o que pode dificultar o apoio escolar dado aos filhos (Brasil, 2022).

Nota-se que as famílias mudaram seus estilos de vida para atender às necessidades dos filhos e, conseqüentemente, se adaptar às novas condições diante do ensino remoto. Tornou-se um desafio para a escola estabelecer a continuidade das aulas e a comunicação e interação diária com os estudantes.

### **3 METODOLOGIA**

Este artigo constitui-se como pesquisa bibliográfica, tendo em vista o levantamento de artigos na Base de Dados da CAPES, no âmbito da temática que engloba adaptações curriculares, pessoas com deficiência e pandemia de Covid-19. Logo, é uma pesquisa de cunho teórico-conceitual.

A pesquisa bibliográfica busca explicar e discutir um assunto, tema ou problema. É fundamental para analisar e explicar aporte teórico sobre determinado assunto, tornando-se indispensável para todo trabalho científico (Martins; Theóphilo, 2016), já que aprofunda o contexto sobre o problema da pesquisa, bem como sobre o objetivo proposta. A partir das análises feitas e na busca de informações, corrobora-se os ensinamentos de Fonseca (2002) ao entender que a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências, cuja publicação pode ser feita em meios eletrônicos e escritos, tais como: artigos científicos, livro, websites.

### **4 PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste estudo foram selecionadas duas produções na Base de Dados da Capes, as quais abrangem as categorias adaptação curricular, estudante com deficiência e pandemia de Covid-19. Vale destacar que foram encontrados dois estudos de acordo com o objetivo da pesquisa aqui descrita. Na base de dados Scielo, foram encontrados seis artigos, selecionados dois que se relacionaram mais diretamente à temática.

Quadro 1. Demonstrativo dos artigos selecionados nas Bases de Dados Capes e Scielo.

TÍTULO	BASE DADOS	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONCLUSÃO
A inclusão de deficientes visuais na perspectiva de quem ensina: o atlas tátil como uma forma de incluir  Thalyta Nogueira de Araujo (2022)	CAPEs	Analisar a percepção dos professores sobre o atendimento de alunos com deficiência visual matriculados nos anos finais do ensino fundamental da rede educacional de Cachoeiro de Itapemirim-ES	Pesquisa bibliográfica	Os resultados obtidos apontam para a precariedade do processo formativo dos professores para atuarem como agentes inclusivos, bem como, para a baixa produção de materiais didáticos adaptados para as necessidades dos alunos.	Esta pesquisa propôs a elaboração de um atlas tátil, a fim de que alunos deficientes visuais possam conhecer as células responsáveis pela defesa de seu próprio corpo e professores possam dispor de ferramentas que facilitem a ministração de aulas inclusivas.
A utilização de Tecnologias Móveis no contexto escolar inclusivo de estudantes com deficiência intelectual do Ensino Fundamental  Wladimir Ferreira dos Reis (2022)	CAPEs	Analisar a utilização intencional de tecnologias móveis e de seus respectivos recursos e aplicativos, numa perspectiva inclusiva, na mediação pedagógica do processo de ensino e aprendizagem em turma de 4º ano do ensino fundamental do sistema público do Distrito Federal, com estudantes com deficiência intelectual.	Pesquisa qualitativa, com estudo de caso	Eles colocaram em evidência que as TM, quando utilizadas de forma planejada e intencional na mediação pedagógica docente, contribuem para a superação das dificuldades de aprendizagem e para a promoção das potencialidades discentes.	Almeja-se assim que este estudo possa contribuir também para a compreensão e a dinamização do processo de ensino e aprendizagem de estudantes com DI com o apoio de TM e na realização de outros estudos dessa natureza voltados para o trabalho inclusivo.
A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial?  Amanda Costa Camizão, Patricia Santos Conde, Sonia Lopes Victor (2021)	Scielo	analisar o processo de implementação do ensino remoto com vistas à garantia do atendimento educacional especializado aos estudantes público-alvo da educação especial em tempo de pandemia da covid-19.	É um estudo documental, pois utiliza os registros produzidos pelas Secretarias de Educação.	Produção e análise dos dados mostraram as possibilidades e limitações da implementação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, conforme orienta a política nacional de educação especial vigente.	O estudo concluiu que a proposta de educação especial dos municípios não corresponde diretamente à proposta inclusiva prevista nas orientações anteriores ao período de pandemia. Se a proposta era estabelecer vínculos, os objetivos foram alcançados, mas, se ela se estende ao comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento desses sujeitos, está bem longe de ser atingida.

<p>Ensino remoto para estudantes do público-alvo da educação especial nos Institutos Federais</p> <p>Melina Brandt Bueno, Graciliana Garcia Leite, Carla Ariela Rios Vilaronga, Enicéia Gonçalves Mendes (2022)</p>	<p>Scielo</p>	<p>Analisar como ficou o ensino para os estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).</p>	<p>Abordagem exploratória e descritiva, do tipo pesquisa de levantamento, foi realizada junto a 156 docentes de diferentes campi dos IFs. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário. Os dados obtidos foram sistematizados, organizados e analisados quantitativa e qualitativamente em categorias temáticas, acompanhando as variáveis do instrumento.</p>	<p>Os resultados evidenciaram que os docentes buscaram diferentes alternativas no ensino remoto, tais como: planejar colaborativamente; adotar procedimentos diferenciados no planejamento específico; prever modificações na prática pedagógica; utilizar material didático e avaliações adaptadas etc. As tecnologias e o ambiente virtual foram considerados tanto em aspectos positivos quanto desafiadores.</p>	<p>demanda para atender às necessidades educacionais dos estudantes PAEE no ensino remoto exigiu o replanejamento dos processos pedagógicos com diferentes ações que variaram a depender de cada instituto. Contudo, faltaram diretrizes para elaborar o plano de ensino individualizado, assim como maior articulação com os professores de educação especial, o que pode impactar a qualidade do ensino e a aprendizagem do PAEE. Sugere-se que outras pesquisas sejam desenvolvidas, buscando maior aprofundamento e a avaliação das experiências docentes durante o ensino remoto no contexto da pandemia.</p>
---	---------------	--	--	--	--

Fonte: Autoria própria

A análise das produções se caracteriza pelo entendimento das categorias centrais deste estudo, as quais percorrem por reflexões, contextos históricos, teorias, documentos oficiais. Essas produções trazem esclarecimentos de estudos categóricos e que sistematizam a realidade vivenciada globalmente.

Dando destaque ao objetivo para conhecer a percepção dos professores de Ciências e de deficiência visual, sendo estes mediadores dos estudantes com deficiência visual, além de verificar como se dava o atendimento voltado a esse público, Araújo (2022) destaca que a elaboração das adaptações curriculares tornam-se desafiadoras para os professores à medida que sua investigação mostra que os professores destacam a falta de recursos para sua realização, seguido de uma lacuna na formação continuada voltada para a temática em destaque, além da dificuldade em atrelar o conteúdo estudado às adaptações necessárias para o desenvolvimento do estudante com deficiência visual, juntamente com a falta de ideias para a realização da adaptação e por fim a os professores destacam se sentir desestimulados na perspectiva de fazer as adaptações necessárias para os estudantes de suas salas de aula.

Reis (2022), por meio de um estudo qualitativo observou de forma inicial que a professora fazia as adaptações das atividades para o estudante com deficiência intelectual de sua sala mesmo de forma remota, porém com distanciamento do conteúdo desenvolvido nas aulas. Entretanto, com o desenvolvimento do Plano de Aplicação a professora percebeu a necessidade da estudante estar envolvida em todas as atividades realizadas nas aulas, em vista dessa realidade a professora entendeu a ideia sugerida e a partir de então fez a inclusão da estudante nesse processo. Ressalva-se também que essa orientação foi realizada por meio de um diálogo aberto com devolutiva ao final de cada aula entre o pesquisador e a professora participante da pesquisa.

De acordo com a pesquisa desenvolvida Reis (2022) destaca o feedback das aulas como possibilidade de observação do interesse dos estudantes pelo jogo e a facilidade de manuseio de smartphones, além de destacar o interesse dos estudantes por esse objeto eletrônico. Dessa forma, destacada a importância de alinhar o jogo on line com o planejamento, tão quanto o conteúdo com o planejamento das aulas como possibilidade fundamental para o avanço na aprendizagem dos estudantes. Entende-se ainda, que a partir de então foi voltado para a perspectiva inclusiva com a participação de todos da sala nas atividades realizadas.

Em suma, de acordo com as dissertações levantadas, vê-se a importância do conhecimento de conceitos oficiais sobre as categorias destacadas neste estudo, da localização de políticas que as subsidiam e do entendimento de como uma pandemia de âmbito mundial afetou a educação das pessoas com deficiência. Esses estudos se configuram em um entendimento unificado de que as adaptações curriculares têm muitos efeitos na vida dos estudantes com deficiência, em particular diante dos efeitos da pandemia de Covid-19.

No que se refere aos dois artigos selecionados, o primeiro documental e o segundo fruto de pesquisa aplicada, o estudo de Camizão et al., (2021) revelou que a proposta da Educação especial dos municípios do Espírito Santo participantes da análise documental não corresponde diretamente à proposta inclusiva prevista nas orientações anteriores ao período de pandemia. Entretanto, levantou outra questão em relação ao estabelecimento de vínculos, caso tenham sido esses os objetivos e neste aspecto foram alcançados, por outro lado, se a proposta se estendeu ao comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo, as autoras consideram distante desse objetivo ter sido atingido.

De modo interessante, o estudo realizado por Bueno et al., (2022) revelou que a demanda para atender às necessidades educacionais dos estudantes Público Alvo dos Estudantes da Educação Especial no ensino remoto exigiu o replanejamento dos processos pedagógicos com diferentes ações que variaram de cada instituto de acordo com cada realidade enfrentada. Outro aspecto que vale destacar é que segundo as autoras, ainda, faltaram diretrizes para elaborar o plano de ensino individualizado, assim como maior articulação com os professores de educação especial, o que pode ter impactado a qualidade do ensino e a aprendizagem desses estudantes. Dessa maneira, ainda foram sugeridas outras pesquisas a serem desenvolvidas, buscando maior aprofundamento e a avaliação das experiências docentes durante o ensino remoto no contexto da pandemia.

Os estudos selecionados ressaltaram as angústias para a família, cujo papel é importante para administrar a mudança de rotina apontando a necessidade da adoção de metodologias de ensino centradas em jogos de forma mais interativa no atendimento as necessidades de aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação especial. Ainda, evidenciou a preocupação com a falta de um plano de ensino individualizado, tão necessário às adaptações curriculares, abrindo possibilidades para a compreensão de diferentes realidades no apoio ao ensino desses estudantes durante o período da Pandemia, dessa maneira, revelando para a necessidade da condução de ações pedagógicas que venham ao encontro das aprendizagens.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de aprendizagem durante a pandemia de Covid-19 exigiu de nós professores um olhar singular diante das adversidades, visto o cenário diferenciado por meio da restrição de práticas pedagógicas na modalidade presencial. Entretanto, entende-se que as adaptações curriculares vivenciadas no ensino remoto trouxeram benefícios e potencializaram o uso contínuo de tecnologias na escola.

Os resultados evidenciaram que é preciso ser sensível para perceber que cada estudante aprende de uma maneira e que, por isso, o currículo deve atender às diferentes necessidades de aprendizagem. O currículo, então, deve favorecer a adaptação de estraté-

gias de aprendizagem diversificadas. Para os estudantes com deficiência foi e é desafiante, diante de um contexto que nem sempre é favorável, a utilização de ferramentas que facilitem o acompanhamento de aulas remotas.

Na pandemia, as adaptações curriculares precisaram considerar as peculiaridades e favorecer as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Nessa conjuntura, frisa-se a necessidade de recursos de acessibilidade pedagógica que facilitem o acompanhamento desses estudantes, fato que se tornou inerente à premissa da inclusão, enfatizada no cenário da Covid 19, mas que já acontecia antes com a falta de estrutura para acompanhar estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista nas salas comuns da rede regular de ensino.

Assim, neste cenário pandêmico, couberam à escola garantir que os variados aspectos do currículo favorecessem o acesso a todos nas aulas remotas. No entanto, ressaltamos que as oportunidades não foram iguais em relação a utilização dos meios digitais e uso da internet, ou seja, constatamos desigualdades em relação ao acesso aos recursos digitais. Tal aspecto é inerente às desiguais condições socioeconômicas do Brasil, revelando que em alguns contextos educacionais a implementação das ações foram assumidas pelos professores e gestores das escolas visando garantir o ensino aos estudantes da Educação especial.

Quanto ao professor, entendemos a necessidade da busca incessante pelo conhecimento e formação são práticas contínuas a partir da necessidade de trabalhar com tecnologias digitais. Essa necessidade se tornou mais intensa durante o período de pandemia, visto que também se caracteriza pelas limitações do professor, que precisou se reinventar para fazer uso de novas metodologias e estratégias de ensino. Dessa maneira, esse professor deve estar atento à busca de estudos na área da inclusão, a fim de garantir que o estudante com deficiência tenha seu direito de acessibilidade pedagógica garantido.

No que se refere, a organização e o planejamento do ensino para os estudantes no ensino médio, constatamos a dificuldade em estruturar o plano de ensino individualizado-PEI, sendo a sua estruturação um desafio encontrado nos institutos federais. Portanto, sugerimos ações de formação que venham possibilitar aos professores conteúdos específicos em relação ao emprego de tecnologias de informação e comunicação (TDIC), que norteiem a elaboração do planejamento.

Tornou-se evidente que, no contexto de isolamento social, a mudança na vida de todos foi bastante significativa. Entretanto, no contexto escolar, afetou diretamente a rotina dos estudantes com deficiência, sobretudo pela mudança de direcionamentos e práticas condicionadas a esse espaço. Trouxe angústias também para a família, cujo papel é importante para administrar a mudança de rotina, acompanhar as atividades propostas e direcionar um horário para acompanhamento. Evidenciou o entendimento de que a parceria com a família se tornou ainda mais indispensável.

No contexto que antecedeu a pandemia, as condições atreladas ao desenvolvimento também precisavam ser direcionadas de modo apropriado a esse público, pois compreendemos a Educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos que precisam ser garantidos a esse público. Por fim, constatamos que as adaptações curriculares precisaram ser reconfiguradas para apoiar o ensino de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e/ou superdotação levando em conta o distanciamento social com o propósito de beneficiar a aprendizagem e a construção de conhecimento, as formas de ensinar e aprender. Salienta-se a importância de pensar numa escola pós-pandemia, que atue como inclusiva a partir de mudanças físicas, instrumentais, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais que venham ao encontro das necessidades desses estudantes e de suas famílias.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 20 maio 2021.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília, DF: MEC SEF/SEESP, 1998. 62 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-COVID-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 53, p. 39, 18 mar. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-nlo343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nota de Esclarecimento**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 18 mar. 2020b. Disponível em: <http://consed.org.br/media/download/5e78b3190caee.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021.
- BUENO, Melina Brandt; LEITE, Graciliana Garcia; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino remoto para estudantes do público-alvo da educação especial nos institutos federais. *EDUR • Educação em Revista*. 2022; 38:e33814.
- CAMIZÃO, Amanda Costa; CONDE, Patricia Santos; VICTOR, Sonia Lopes. A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial? *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 47, e245165, 2021.
- CENTER ON ONLINE LEARNING AND STUDENTS WITH DISABILITIES. Equity matters: Digital & online learning for students with disabilities. Lawrence, KS. 2016. Disponível em: <http://www.centeronlinelearning.res.ku.edu/wp-content/uploads/2017/04/EquityMatters2016Final.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.
- CETIC.BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Três em cada quatro brasileiros já utilizam a Internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019. Acesso em 15/07/2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet-aponta-pesquisa-tic-domicilios-2019/>.
- CHEVALLARD, Yves. **La Transposicion Didactica: Del saber sabio al saber enseñado**. Argentina: La Pensée Sauvage, 1991.



DUARTE, Pedro. Por um currículo que nos una: uma reflexão educativa em tempos de Covid-19. **Revista Saber & Educar**, n. 29, p. 1-12, 2021. Disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/398> Acesso em: 25 maio 2021.

FREITAS, Neli Klix. Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 16, n. 60, set. 2008.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Protocolos sobre Educação Inclusiva durante a pandemia da Covid-19**: um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. São Paulo, SP: Instituto Rodrigo Mendes, 2020. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2020/07/protocolos-educacao-inclusiva-durante-pandemia.pdf> Acesso em: 16 abr. 2021.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA Fontes, REJANE DE. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação. *Revista do Centro de Educação*, vol. 32, núm. 2, 2007, pp. 343-355.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo, SP: Cortez, 1996. 208 p.

MENESES, Aérica Figueiredo Pereira; FUENTES-ROJAS, Marta. Covid-19 e desigualdade social: o que nos mostra a pandemia. *Áskesis*, v. 9, n. edição especial, p. 76-85, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46269/9ee20.535> Acesso em: 19 maio 2021.

MESQUITA, Amélia Maria Araújo. Currículo e Educação Inclusiva: as políticas curriculares nacionais. **Espaço do Currículo**, v. 3, n. 1, p. 305-315, mar./set. 2010.

PACHECO, José Augusto. **Escritos Curriculares**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

PACHECO, José Augusto. Uma perspectiva actual sobre a investigação em Estudos Curriculares. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 247-272, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x> Acesso em: 20 maio 2021.

PASSINI, Carlos Giovani Delevati; CARVALHO, Élvio de; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. **Observatório socioeconômico da COVID-19**, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf> Acesso em: 25 maio 2021.

SANTOMÉ, Jurgio Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tadeu Tomaz da (org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 79-91.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Nascem os estudos sobre currículo: as teorias tradicionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999. p. 21-27.

SOUZA, Flávia Faissal de; DINEZ, Débora. Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. Ver **Práxis Educativa**, v. 15, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16303.093> Acesso em: 25 maio 2021